



TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Coffee Break (Buffet) e hospedagem, para atender às necessidades do curso de formação do SIPIA, direcionado aos Conselheiros Tutelares titulares e suplentes, Conselheiros de Direito e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos, sediado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos desta Municipalidade, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2.	Requisitante:	Fundo Municipal de Assistência Social
1.3.	Fundamentação legal:	Dispensa de licitação, em sua forma eletrônica, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021
1.4.	Período:	BUFFET: 05 de agosto de 2025 das 08:00h às 17:00h 06 de agosto de 2025 das 08:00h às 17:00h HOSPEDAGEM: check-in 04/08/2025 check-out 06/08/2025
1.5.	Tipo	Menor preço unitário por item, nos termos do artigo 33, da Lei nº 14.133/2021

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'a' e 'i' da Lei nº 14.133/2021).

2.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coffee break (buffet) e Hospedagem, em atendimento às necessidades às necessidades do curso de formação do SIPIA, direcionado aos Conselheiros Tutelares titulares e suplentes, Conselheiros de Direito e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos, sediado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos desta Municipalidade, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSER	UNIDADE	QTDE
01	Hospedagem em Hotel ou Pousada, para 1 (uma) pessoa incluindo: Hospedagem deverá ser classificada em no mínimo 3 (três) estrelas Quarto individual com banheiro privativo. Wi-Fi gratuito, climatização e TV a cabo. Refeições inclusas: café da manhã, almoço e jantar. Localização: Próximo ao Centro da Cidade - Nova Friburgo/RJ Visando atender as demandas da Secretaria de Desenvolvimento Social, no serviço de hospedagem para palestrante do SIPIA convidado pela Contratante. Com sistemas integrados de controle permitindo eficácia no: check-in 04/08/2025 check-out 06/08/2025	9946	DIÁRIAS	02



	Eventos dias: 05 e 6 de agosto de 2025 – Capacitação SIPIA para Conselheiros Tutelares.			
02	<p>Contratação de empresa especializada em fornecimento de buffet (coffee break), café da manhã e café da tarde, para promover a realização e o desenvolvimento da capacitação dos Conselheiros Tutelares Titulares e Suplentes.</p> <p>DATA: 2 (dois) dias de evento. 05 e 6 de agosto de 2025. HORÁRIO CAFÉ DA MANHÃ: 08H00 ÀS 09H00 HORÁRIO CAFÉ DA TARDE: 16H00 ÀS 17H00 PARTICIPANTES: 30 (trinta) pessoas por dia, totalizando 60 (sessenta) pessoas.</p> <p>Conforme descrição abaixo:</p>	3697	SERVIÇO	01
	<p>Coffee Break - Café da manhã Data: 05/08/2025 e 06/08/2025 Horário: 8h00 às 9h00</p> <p>Cardápio mínimo exigido:</p> <p>Doces (3 opções no dia): 2 tipos de bolo: - laranja, cenoura ou chocolate. 1 tipo de mini carolina recheada: - doce de leite, creme ou brigadeiro.</p> <p>Salgados (4 opções no dia): 2 tipos de mini sanduíches com recheios variados: - Alface e frios (peito de peru ou salame). - Salpicão de frango. 1 tipo de mini folhado assado: - palmito, peito de peru ou frango. 1 tipo de croissant: - Simples ou recheado com queijo.</p> <p>Bebidas: Quentes: Café e leite. Frias: 2 tipos de sucos naturais ou concentrados (laranja ou uva; maracujá ou maçã), servidos sem adoçar.</p> <p>Utensílios e complementos: Copos descartáveis, mexedores de café, pratos, xícaras, talheres e guardanapos de papel. Açúcar refinado branco e adoçante dietético disponíveis para adoçar as bebidas.</p>		PESSOAS	30
	<p>Coffee Break - Café da tarde Data: 05/08/2025 e 06/08/2025 Horário: 16h00 às 17h00</p> <p>Cardápio mínimo exigido:</p> <p>Doces (3 opções no dia): 2 tipos de bolo: - laranja, cenoura ou chocolate. 1 tipo de mini carolina recheada:</p>		PESSOAS	30



<p>- doce de leite, creme ou brigadeiro.</p> <p>Salgados (4 opções no dia): 2 tipos de mini sanduíches com recheios variados:</p> <ul style="list-style-type: none">- Alface e frios (peito de peru ou salame).- Salpicão de frango. <p>1 tipo de mini folhado assado:</p> <ul style="list-style-type: none">- palmito, peito de peru ou frango. <p>1 tipo de croissant:</p> <ul style="list-style-type: none">- Simples ou recheado com queijo. <p>Bebidas: Quentes: Café e leite. Frias: 2 tipos de sucos naturais ou concentrados (laranja ou uva; maracujá ou maçã), servidos sem adoçar.</p> <p>Utensílios e complementos: Copos descartáveis, mexedores de café, pratos, xícaras, talheres e guardanapos de papel. Açúcar refinado branco e adoçante dietético disponíveis para adoçar as bebidas</p> <p>A empresa contratada deverá fornecer todo o staff necessário para a execução adequada do serviço de buffet (coffee break), incluindo, obrigatoriamente, a disponibilização de 01 (um) garçom e 01 (uma) copeira por dia de evento, durante todo o período de realização das atividades. Os profissionais deverão estar devidamente uniformizados, com postura condizente ao ambiente institucional, prestando atendimento com cortesia, eficiência e agilidade.</p> <p>O buffet deverá fornecer toda a estrutura necessária, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Ornamentação básica das mesas de serviço e consumo;• Montagem, reposição, atendimento, desmontagem e limpeza do espaço utilizado durante o evento;• Materiais e utensílios indispensáveis, tais como: pratos, copos/talheres/xícaras, talheres, guardanapos, bandejas, utensílios de serviço e toalhas de mesa na cor branca para a mesa principal. <p>O não cumprimento das obrigações aqui previstas poderá acarretar a aplicação das penalidades contratuais cabíveis.</p>			
---	--	--	--

2.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

2.3 O prazo de vigência da contratação são de 02 (dois) dias de evento:

BUFFET:

05 de agosto de 2025 das 08:00h às 17:00h

06 de agosto de 2025 das 08:00h às 17:00h

HOSPEDAGEM:

check-in **04/08/2025**

check-out **06/08/2025**



2.4 Trata-se de serviço de bem comum, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, XIII da Lei 14.133/2021, a ser contratado(a) mediante dispensa de licitação, em sua forma eletrônica.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei nº 14.133/2021).

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

4.1. A solução fora analisada e se encontra pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar (Anexo II). Diante do objetivo a ser alcançado, que é o fornecimento de coffee break (buffet) e hospedagem, para atender às necessidades do curso de formação do SIPIA, direcionado aos Conselheiros Tutelares titulares e suplentes, Conselheiros de Direito e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos, sediado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos desta Municipalidade, a opção mais célere e adequada se encontra em se fazer na modalidade de dispensa de licitação, em sua forma eletrônica, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, utilizando o critério de julgamento do menor preço unitário por item, além de cumprir o dispositivo constitucional constante no art. 37, caput e inciso XXI da CF/88.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/2021)

5.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

5.1.1. Da sustentabilidade:

5.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.1.1.1.1. Como descrito no Estudo Técnico Preliminar, a empresa contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os estabelecidos no art. 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012, entre outras:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) uso de inovações que reduzem a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e,
- h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

5.1.1.1.2. A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

5.1.2. Da indicação de marcas ou modelos:

5.1.2.1. Segundo a requisição da unidade requisitante, na presente contratação, não será admitida a indicação de marcas, nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021.

5.1.3. Da exigência de amostra:



5.1.3.1. Não será exigida a apresentação de amostra.

5.1.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.1.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5.1.6 Durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou no gestão do contrato, conforme art. 48, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

6.1. O prazo de execução dos serviços é de 02 (dois) dias de evento, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, em remessa única.

6.2. Caso não seja possível a execução na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3. Os serviços deverão ser prestados no local a ser definido pela empresa contratada do item 02.

6.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da prestação dos serviços não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de prestação dos serviços.

6.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (dois) dias, contados dos dias de realização da Capacitação, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 (uma) hora, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/2021)

7.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL:

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).



7.1.3.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.4. O(a) Contratado(a) deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

7.1.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN nº 5/2017, art. 44, §1º).

7.1.5. O(a) Contratado(a) será obrigado(a) a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.1.6. O(a) Contratado(a) será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.1.7. Somente o(a) Contratado(a) será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.1.7.1. A inadimplência do(a) Contratado(a) em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e o(a) Contratado(a) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN nº 5/2017, art. 44, §2º).

7.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN nº 5/2017, art. 44, §3º).

7.1.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN nº 5/2017, art. 44, §1º).

7.1.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.1.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

7.2.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o(a) Contratado(a):

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.



7.2.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o(a) Contratado(a):

7.2.3.1. não produziu os resultados acordados;

7.2.3.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.2.3.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. DO RECEBIMENTO

7.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 01 (um) dia, contado do início do evento, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.3.1.1. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.3.1.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.1.1.2. O(a) Contratado(a) fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.3.1.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos manuais e instruções exigíveis.

7.3.1.2. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar relatório circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.3.1.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 01 (uma) hora, a contar da notificação do(a) Contratado(a), às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.3.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando o(a) Contratado(a), por escrito, as respectivas correções;

7.3.3.2. Emitir termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e



7.3.3.3. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

7.3.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10.1. Para fins de qualificação técnica, será exigido atestado de capacidade técnica simplificada, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da licitante para o desempenho de atividade compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação, conforme previsto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1. Habilitação jurídica:

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; .



OU

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

OU

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

OU

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

OU

e) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

OU

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

OU

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso.

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

g) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

h) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.13. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da



Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021)

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Item:	Gestão/Unidade:	Fonte de Recurso:	Programa de Trabalho:	Elemento de Despesa:
Hospedagem	Fundo Municipal de Assistência Social	1500	36001.0812200012.051	3.3.90.39.73
Coffee Break (buffet)	Fundo Municipal de Assistência Social	1500	36001.0812200012.051	3.3.90.39.80

Município de Nova Friburgo, 17 de junho de 2025.

Patricia de Oliveira Pimentel
Setor Orçamentário / Financeiro
Mat. 199.018

10. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

10.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações dispostas neste Termo de Referência, em observância ao Decreto nº 2.493, de 07 de novembro de 2023.

10.2. O pagamento será efetuado conforme estabelece no Decreto Municipal nº 2.493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrangem as Contribuições Sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual – CND – referente ao ICMS.

10.3. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o Contratante efetuar o pagamento do valor devido.

10.4. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento, por parte do(a) Contratado(a), das obrigações assumidas no presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

11.1.1. Comete infração administrativa a contratada que:

11.1.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;



- 11.1.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 11.1.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 11.1.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 11.1.1.9.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- 11.3.** Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:
- 11.3.1.** advertência;
- 11.3.2.** multa;
- 11.3.2.1.** compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;
- 11.3.2.2.** compensatória no percentual de 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;
- 11.3.2.3.** moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;
- 11.3.2.4.** moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;
- 11.3.3.** impedimento de licitar e contratar;
- 11.3.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.4.** impedimento de licitar e contratar com a Administração, por prazo não superior a 03 (três) anos;
- 11.5.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;
- 11.6.** as multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;
- 11.7.** as sanções previstas nos itens 11.3.1, 11.3.3 e 11.3.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 11.3.2, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;
- 11.8.** a aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21.



12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Termo de Referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica desta Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.

Nova Friburgo/RJ, 17 de junho de 2025.

GESTORES/UNIDADES REQUISITANTES:	ELABORADORA SEGUNDO DADOS FORNECIDOS PELAS UNIDADES REQUISITANTES ATRAVÉS DO DFD / APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO:
<hr/> Ana Clara Alves Leite Coordenadora do Conselho Tutelar I Mat. 63.547	Monara Tavares da Silva Cunha Assessor de Nível Superior de Apoio Administrativo Mat. 199.511

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Yuri Guimarães Felisberto Bezerra
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
Mat. 100.518